

Resenha bibliográfica 1

Modern business cycle theory

BARRO, Robert (ed.). *Modern business cycle theory*. Harvard University Press, 1989. 377 p.

JORGE VIANNA MONTEIRO*

1 - A macroeconomia nos anos 80

A macroeconomia passa por grandes transformações, havendo inclusive quem fale em “revolução” e “contra-revolução”. Não obstante, não se trata de uma ocorrência que deva ser tão simplesmente entendida como uma competição entre “neoclássicos” e “neokeynesianos”.¹ Por certo que na superfície essa possa ser a percepção mais direta, mesmo porque é fácil detectar programas de pesquisa cada vez mais singularizados, nessa disputa, tais como “modelos de ciclo real”, “modelos de reputação”, “modelos *partisan*”, ou a “econometria da raiz unitária”, entre outros.

Contudo, há possivelmente uma outra dimensão, mais fundamental, em toda essa transformação e que lhe confere um atributo de maior durabilidade, de que não se trata de mais um modismo que logo passará, ou mesmo de uma nova fase, mais operacional, da chamada “crítica de Lucas”. Refiro-me ao que é dito de modo muito direto e competente por Tabellini (1987):

“(…) os próximos avanços analíticos relevantes [na macroeconomia] (...) virão provavelmente das tentativas de incorporar as instituições políticas nos modelos existentes de formulação de política macroeconômica (p.184-185) (...) “Eu arrisco uma fácil previsão: quando as oportunidades de arbitragem entre teoria de política econômica e Ciência Política tiverem sido esgotadas, descobriremos que a teoria da formulação macroestratégica se defronta com os mesmos problemas fundamentais da teoria da escolha coletiva!” (p.188-189).

Com efeito, fôssemos buscar um lema para essas transformações aceleradas, sobretudo nos anos 80, poderíamos optar por: “Quando as instituições contam!”.

* Professor Associado, Departamento de Economia, PUC-RJ.

¹ Esse tem sido o tom predominante nas variadas resenhas escritas sobre o assunto e que não dispensam títulos irônicos. Ver, por exemplo, Barro (1989), Gordon (1989) e McCallum (1989).

Esse longo preâmbulo parece-me imprescindível na apreciação de um livro como *Modern business cycle theory* pois, como ilustrado neste comentário, a questão fundamental em todo o desenvolvimento da moderna macroeconomia é a definição de mecanismos de atuação do governo e demais agentes econômicos no processo político, muito mais do que a pura e simples determinação de equilíbrios. Hoje, o economista percebe muito claramente que a indução ao equilíbrio macroeconômico se traduz por um conjunto de regras e procedimentos, isto é, pelas instituições dessa escolha coletiva.

Sob essa perspectiva, entende-se não ser fortuita a intensa utilização da teoria dos jogos, como vem ocorrendo na modelagem macroeconômica, de vez que ela fornece moldura e linguagem adequadas à introdução de variáveis institucionais.

2 - O ciclo real

Robert Barro figura entre os três principais nomes da macro neoclássica [segundo Gordon (1989), os outros dois seriam Sargent e Lucas] e o livro por ele editado é uma atualizada e competente coleção de oito ensaios sobre o “estado das artes” quanto ao ciclo real, entendido um tanto amplamente, para abranger tópicos correlatos, como a reputação/credibilidade, e a inconsistência temporal das políticas econômicas.

Como esclarece McCallum, no Capítulo 1, os modelos de ciclo “real” teriam como principal fonte de choques, mudanças na tecnologia ou produtividade, por oposição aos ciclos que resultariam de perturbações monetárias e fiscais. Ou visto por outro ângulo, a correlação serial observada entre produto e emprego são choques reais.² O interesse despertado pelo tema não requer maior ênfase: afinal, neste cenário, a autoridade monetária não teria incentivo a inflacionar, não haveria problema de inconsistência temporal da política monetária, bem como problemas de reputação. É, portanto, compreensível que os modelos de ciclo real se apresentem como um “forte desafio à análise macroeconômica convencional” (McCallum, p.17).³ Possivelmente, poucos autores ainda sustentariam um ponto de vista de que as flutuações do produto real americano decorrem, em grande parte, das ações da autoridade monetária (McCallum, p.41).⁴

2 Um exemplo da importância empírica do ciclo real: para a economia norte-americana, no período 1948/80, 50% da variação no desemprego seriam devidos à dispersão da demanda por empregos (grandes realocações), segundo Lilien (1982). Em realidade os ciclos reais podem ter sua origem em mudanças (choques) nas preferências, nas tecnologias, ou nas dotações de recursos.

3 As citações não datadas referem-se ao texto sob exame.

4 Nessa perspectiva, observa-se que há sérias dificuldades em extrapolar uma conclusão dessas para outras economias, em que os mecanismos de atuação da autoridade monetária sejam distintos do caso americano - mecanismos que se definem numa “constituição monetária” específica.

A origem da moderna teoria do ciclo real pode ser localizada no início dos anos 80, com os estudos de Kydland e Prescott e, assim, como assinala McCallum, muito do que se dispõe, tanto na análise quanto na evidência empírica, deve ser tomado com boa reserva de cautela. Não obstante, é notório que o programa de pesquisa do ciclo real revolucionou a visão convencional quanto ao papel desempenhado pela moeda no sistema econômico.

O relevante é que os modelos de ciclo real possam servir de base para receber idéias e técnicas de outras áreas da literatura econômica [como observa o menos entusiasta Taylor (1989)] com resultados mais realistas, de maior utilidade empírica, e, mesmo, mais generalizáveis. Vale notar que tais modelos não especificam governo além da habitual analogia do *policy-maker* e, por isso mesmo, o próprio tratamento endógeno da moeda ainda é precário.⁵

3 - Reputação, regras de política, inconsistência temporal

O Capítulo 6 (reputação/credibilidade) e o Capítulo 7 (inconsistência temporal) são outros dois segmentos da macroeconomia dos anos 80 que acabam se constituindo em programas de pesquisa singularizados, como mencionado anteriormente.

No único capítulo a usar, mais ostensivamente, a teoria dos jogos, Kenneth Rogoff sumaria o estado atual dos modelos de reputação de política monetária que vão permitindo ao economista formalizar “temas políticos e institucionais que, até aqui, podiam apenas ser analisados por métodos não quantitativos” (p.236).⁶

Os modelos de reputação, por vezes também referidos como “modelos de macro-estratégias”, são, possivelmente, o elo mais evidente da necessidade de se ter na abordagem macroeconômica convencional a explicitação das instituições políticas. É o próprio Rogoff quem alerta o leitor:

“pode ser construtivo tratar o governo como uma caixa preta no estudo de certos fenômenos, porém isso não é adequado como uma moldura de estudo da formulação da política macroeconômica” (p.260).

⁵ Curiosamente, na resenha de McCallum, tanto quanto ao longo de todo o livro editado por Barro, um autor como Alberto Alesina que se tem notabilizado na literatura de ciclos político-econômicos ou “modelos *partisan*” [Alesina (1987)] sequer é mencionado! De fato, apenas o Capítulo 5, assinado pelo próprio Barro, menciona Alesina, ainda assim por outra contribuição que não seu modelo de ciclo econômico. De qualquer modo, a literatura na linha Nordhaus-Alesina bem como, mais amplamente, de *public choice* oferece boa variedade de tratamentos endógenos de governo e, assim, da moeda, que poderão ser eventualmente acoplados, em extensões ao modelo de ciclo real.

⁶ Essa é uma afirmação a ser entendida nos seus devidos limites, com a ressalva: no âmbito da macro convencional. Isto porque a literatura de *public choice*, pelo menos nos últimos 20 anos, apresenta relevantes elaborações quantitativas do processo político. Ver, a propósito, Mueller (1989).

O grande propósito do modelo de macroestratégia é o de estabelecer em que medida credibilidade substitui restrições via legislação, de modo a gerar um maior comprometimento do governo com a política econômica.⁷

O arcabouço analítico desses modelos é basicamente o seguinte:

A economia é representada por uma função de oferta:

$$y = y^N = a(I - I^e)$$

onde I é a inflação corrente, I^e seu nível esperado; y o produto e y^N seu nível normal (isto é, aquele que se verifica quando $I = I^e$).

O governo (autoridade monetária) minimiza uma função de perda social, P , que depende do produto e da inflação:

$$P = b[(y - (y^N + k))]^2 + (I - I^e)^2$$

com I^e sendo predeterminada e, portanto, sendo considerada como parâmetro na função P , e a meta $(y^N + k) > y^N$.

Face a esse problema, obtém-se que o equilíbrio-Nash (não-cooperativo) é dado por:

$$y = y^N$$

$$I = I^e + kba$$

com um excesso de inflação (kba) e nenhum ganho de produto, relativamente ao equilíbrio cooperativo que se estabeleceria caso o governo tivesse um precomprometimento de seguir a regra $I = I^e$.

É sobre essa base que se tem introduzido variados esquemas de formação de expectativas (ou de “punição”) por parte dos agentes privados⁸ e, em função desses esquemas, se discute a existência de equilíbrio. O problema torna-se especialmente complexo pela não-unicidade desse equilíbrio e, assim, de como os agentes econômicos coordenariam um dado equilíbrio. É comum aceitar-se uma inferência do mundo real: o anúncio da meta inflacionária, por exemplo, ajudaria a focalizar as

7 Embora a tônica dessa literatura ainda seja a política monetária, já se evidenciam modelos de reputação fiscal [Staiger e Tabellini (1987)] e reputação comercial [Rodrik (1989)], entre outras áreas.

8 Num desenvolvimento analítico em que o próprio Rogoff é um pioneiro. Ver, por exemplo, Rogoff (1987).

expectativas do setor privado num determinado equilíbrio. Ao governo caberia coordenar as expectativas privadas.

Rogoff, no entanto, lembra que esse ponto de vista não é convincente pois, em verdade, implica supor uma dupla habilidade institucional do governo:

a) coordenar as expectativas privadas quanto ao que possa ocorrer, caso ele não observe, afinal, a meta (“renegação”), de vez que esses agentes podem adotar estratégias de “punição”, e

b) uma vez se tenha renegado a meta e iniciado o “período de punição”, coordenar os agentes no sentido de minimizar a duração desse período.

Observe o leitor que toda essa análise requer um contexto institucionalmente rico, pois só assim se poderá entender o que sejam estratégias de “promoção de credibilidade” de uma política, de “renegação de uma meta” de política, de “punição do governo”, por parte dos agentes privados, ou de “coordenação das expectativas” desses agentes.⁹

Se os agentes privados antecipam as conseqüências futuras de um anúncio de política econômica e o governo não tem habilidade em estabelecer um precomprometimento com essa política, caracteriza-se uma inconsistência temporal dessa política. Muito embora os temas de reputação/credibilidade e inconsistência temporal sejam, assim, interligados,¹⁰ há ramificações analíticas muito próprias em cada um deles. Desse modo, na coletânea editada por Barro reserva-se também todo um capítulo ao tema da inconsistência temporal. Seus autores, V.V. Chari, Patrick Kehoe, e Edward Prescott, abordam o tema numa perspectiva inovadora: a de que as preferências dos agentes privados e da sociedade, como um todo, são relevantes na caracterização do problema da inconsistência temporal.

Nessa ordem de considerações, exploram-se ao longo do capítulo diferentes configurações dessas preferências que, coincidindo, bloqueariam o surgimento da inconsistência temporal. Tal exploração analítica é feita em dois modelos: um de tributação de capital e outro de dívida pública.

Tratamentos inovadores costumam conduzir a resultados igualmente novos e, assim, a análise de Chari-Kehoe-Prescott rompe com uma “tradição” na literatura sobre o tema: que a questão “regras vs. discricção” equivale à questão “precomprometimento vs. falta de precomprometimento”. Ou ainda, que a sociedade poderia escolher entre regras de política (precomprometimento) ou discricção (falta desse

9 O foco dessa coordenação pode, eventualmente, ser obtido via legislação, com a redefinição da “constituição monetária”, por exemplo, que restringe intrinsecamente os limites do oportunismo discricionário da autoridade monetária. Veja-se, no caso brasileiro, a existência de uma legislação como a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o papel associado do Congresso Nacional na formulação da política econômica. O precomprometimento mais explícito e mais estrito (em termos da decisão majoritária ao nível do plenário do Congresso Nacional e de sua Comissão Mista de Orçamento) é um fator promotor de credibilidade.

10 Inclusive pelo tratamento metodológico, com o recurso à teoria dos jogos, em que a consistência temporal se traduz por um equilíbrio de subjogo perfeito.

precomprometimento). A constatação estabelecida ao longo desse capítulo conduz à negação de tais associações e dessa possibilidade de escolha pela sociedade.¹¹

E, mais fundamentalmente, completam esses autores:

“o problema da sociedade (...) é mais do que escolher entre regras de política econômica alternativas; antes, é o problema de estabelecer o ‘processo’¹² pelo qual as políticas são escolhidas. Formalmente, [este] é um problema de formulação de mecanismo” (p.303).

Lembro eu ao leitor: que mecanismos são esses senão os mecanismos institucionais, inerentes aos processos políticos representativos?

Assim sendo, é natural que também concluam que:

“a pesquisa direcionada para integrar os temas de formulação de mecanismo nos modelos agregativos é essencial, se vamos progredir nesse debate” (p.303).

4 - À guisa de conclusão

Deliberadamente fui seletivo nestes comentários, enfatizando as contribuições que mais diretamente expõem a necessidade de se definirem contextos institucionalmente ricos no modelo macroeconômico. Se nesses capítulos os próprios autores, quanto mais não seja por cautela, lembram ao leitor quanto a isso, o mesmo não ocorre onde, pelo tema tratado, se esperaria maior relevo às variáveis institucionais. Nesta última classe estão a extensa e hermética contribuição de Paul Romer, *Capital accumulation in the theory of long-run growth* e *Some alternative monetary models and their implications for the role of open-market policy* (capítulo assinado por Neil Wallace).

É justo sob esse ponto de vista que, creio, a coletânea de Barro mereça um reparo: os diversos ensaios não guardam muita coerência ou unidade didática e de linguagem (a utilização de jogos praticamente fica restrita a um ou dois capítulos). Bem sei que numa coletânea de ensaios analíticos essa unidade acaba reservada à introdução, quando o editor se esforça para prover o que seus colaboradores ignoraram. Em *Modern business cycle theory*, Barro — que também assina um capítulo sobre política fiscal¹³ — nem se esforça para isso.

11 Uma argumentação semelhante (não citada pelos autores do capítulo), porém intuitiva ou informal, é feita por McCallum (1987).

12 Com destaque no original.

13 Além dos capítulos mencionados, em maior ou menor grau de detalhe, ao longo desta resenha, o texto de Barro inclui ainda *Rational expectations and the informational role of prices* (Grossman) e *Consumption* (Hall).

É muito provável que a motivação da coletânea seja mesmo a de mostrar que o “enfoque neoclássico oferece uma moldura coerente para teorizar sobre os efeitos macroeconômicos do gasto público, impostos, e dívida” [Barro (p. 224)].

Porém, isso todos dizem a respeito de seu próprio “elixir macroeconômico” (Gordon), mesmo os “maus sujeitos” (Barro)!

Bibliografia

- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two party system as a repeated game. *Quarterly Economic Journal*, p.651-678, Aug. 1987.
- BARRO, R. *New classicals and keynesians, or the good guys and the bad guys*. Cambridge, NBER Working Paper Series, n.2.982, May, 1989, 21p.
- GORDON, R. Fresh water, salt water and other macroeconomic elixirs. *Economic Record*, v.85, n.189, p.177-184, June. 1989.
- LILIE, D. Sectoral shifts and cyclical unemployment. *Journal of Political Economy*, n.90, p.777-793, 1982.
- McCALLUM, B. The case for rules in the conduct of monetary policy: a concrete example. *Federal Reserve Bank of Richmond Economic Review*, p.10-18, Sept./Oct. 1987.
- . New classical macroeconomics: a sympathetic account. *Scandinavian Journal of Economics*, v.2, n.91, p.223-252, 1989.
- MUELLER, D. *Public choice II*. Cambridge, MA, Cambridge University Press, 1989. XIV+518 p.
- RODRIG, D. Credibility of trade reform - a policy maker's guide. *The World Economy*, v.1, n.12, p.1-16, 1989.
- ROGOFF, K. Reputational constraints on monetary policy. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, n.26, p.141-182, 1987.
- STAIGER, R., TABELLINI, G. Discretionary trade policy and excessive protection. *American Economic Review*, v.5, n.77, p.823-837, Dec. 1987.
- TABELLINI, G. Reputational constraints on monetary policy: a comment. *Carnegie-Rochester Series on Public Policy*, n.26, p.183-190, 1987.
- TAYLOR, J. The evolution of ideas in macroeconomics. *Economic Record*, v.189, n.85, p.185-189, Jun. 1989.